



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

SANTOS, Vanessa Berwaldt¹; Mendes, Fábio Ranieri da Silva²

RESUMO

A integração entre educação e inclusão digital viabiliza a construção e implementação de ações significativas de melhoria nas condições sociais, econômicas, educacionais, políticas e culturais dos indivíduos e coletividade dos envolvidos. Este artigo apresenta os resultados de dez anos de atuação do projeto de extensão da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) chamado Projeto de Apoio à Inclusão Digital e Cidadania (PAIC). Esse projeto é realizado através de uma parceria entre escolas/instituições municipais, estaduais e a UCPel, através de uma educação em inclusão digital e cidadania, com uma metodologia de problematização promovendo a integração de diferentes áreas de ensino, visando o combate ao analfabetismo digital. O projeto completou dez anos de atuação em 2014, tendo alfabetizado digitalmente aproximadamente duas mil pessoas, com a participação de 50 discentes da UCPel e mais de 25 Escolas/Instituições parcerias, rumo ao combate ao analfabetismo digital. Sendo assim, o PAIC contribui com a promoção e implementação de novas práticas educativas, visando ofertar uma melhor qualidade de vida para a população envolvida, no que diz respeito ao uso das tecnologias de informação e comunicação, contemplando a inclusão digital, formação cidadã e inclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Digital, Cidadania, Educação.

ABSTRACT

Integration between education and digital inclusion enable the construction and implementation of significant actions to improve the social, economic, educational, political and cultural conditions of individuals and community involved. This article presents the ten years results of operation of the extension project of the Catholic University of Pelotas (UCPel) called Project Support Digital Inclusion and Citizenship (PAIC). This project is carried out through a partnership between municipal, state schools/institutions and UCPel, through digital inclusion in education and citizenship, with a questioning methodology promoting the integration of different educations areas, aimed at combating digital illiteracy. The project completed ten years in 2014, and digitally literate about two thousand people, with participation of 50 UCPel

¹ Graduanda do sétimo semestre do curso de Pedagogia da Universidade Católica de Pelotas.

² Mestre em Teologia pela Universidade Católica Argentina.



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

students and more than 25 partnerships schools/institutions towards combating digital illiteracy. Thus, the PAIC contributes to the promotion and implementation of new educational practices, aiming offer a better quality of life for the population concerned, with regard the use of information and communication technologies, contemplating digital inclusion, citizenship, and social inclusion.

KEY WORDS: Digital Inclusion, Citizenship, Education.

INTRODUÇÃO

Dos acontecimentos históricos que influenciaram de forma relevante a evolução da espécie humana, cabe dar ênfase aos últimos eventos que abriram grandes possibilidades a quase instantânea divulgação de informações, sendo uma das mais importantes, senão a mais importante, das consequências evolutiva histórica do ponto de vista social, como por exemplo: a invenção do telégrafo por Samuel Morse, na metade do século XIX; a criação do telefone pelo escocês Alexander Graham Bell em 1876; primeira reprodução pública de imagens em movimento, que deu origem ao cinema pelos irmãos Lumière, em 1895; primeira transmissão de imagem pela televisão e a construção de computadores e de microprocessadores de dados no ano de 1935 (GOMES, 2014).

Num mundo em transformação, onde cada vez mais o computador é veículo de transporte da mente e um instrumento essencial de trabalho, não podemos preparar as novas gerações para um mundo de subalternidade, tanto do ponto de vista individual quanto na perspectiva da nação. Na educação, a internet traz um potencial inovador ímpar, pois permite superar as paredes da sala de aula, com a troca de ideias com alunos de outras cidades e países, intercâmbio entre os educadores, nacional e internacionalmente, pesquisa online em bancos de dados e o compartilhamento de experiências em comum (SEABRA, s/d).

Para Spagnolo (2003), a exclusão digital é o termo utilizado para sintetizar todo um contexto que impede a maior parte das pessoas de participar dos benefícios das novas tecnologias de informação. Já a inclusão digital consiste no processo de democratização do acesso às novas tecnologias e melhores condições de vida a



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

todos os cidadãos, possibilitando a estes se inserirem na sociedade informacional, a sociedade em rede de Castells (1999). Santos (2006, p. 15) completa que a

Inclusão digital é uma faceta particular das questões de inclusão social, não se podendo empreender a primeira na ausência da segunda. Por outro lado, a inclusão (digital ou social) é par da exclusão (idem), sendo a própria exclusão social uma manifestação particular das desigualdades sociais, sobretudo das desigualdades que se expressam sob o rótulo da pobreza.

A inclusão digital é um processo que envolve muito mais do que a simples oferta de equipamentos e softwares. Incluir digitalmente é permitir ao cidadão o desenvolvimento de “habilidades que vão de tarefas básicas, como escrever e-mails e reconhecer um spam, a atividades complexas, como pesquisar de maneira eficaz, acessar serviços e produzir um vídeo e transmitir via web” (ASSUMPÇÃO e MORI, 2006, p. 2). Assim, esses autores reforçam que

A inclusão digital deve ser tratada como política pública, de caráter universal, e como estratégia para construção e afirmação de novos direitos e consolidação de outros, pela facilitação de acesso a eles. A inclusão digital como política pública significa que ela seja assumida ativamente pela sociedade para proporcionar o acesso aos equipamentos, linguagens, tecnologias e habilidades necessárias para usufruir das tecnologias de informação e comunicação. Essas iniciativas podem ser desenvolvidas por indivíduos, empresas, governos, organizações não-governamentais, coletivos, movimentos sociais, grupos informais, mas principalmente de maneira co-participativa.

No âmbito da inclusão social, o “analfabetismo digital” está mais presente do que se imagina. Expressões comuns para quem “navega” na internet tornam-se vocabulário desconhecido para “analfabetos digitais”. Vive-se uma época em que o ser com capacidade de raciocinar que ignora ou indispõe de possibilidades para o uso de um microcomputador estará fadado a total exclusão digital e, conseqüentemente, sofrerá a exclusão social. Com o quadro que se apresenta na atualidade: a evolução frenética da tecnologia com enfoque maior na área dos computadores, vem se falando cada vez mais em inclusão digital (GOMES, 2014).

A inclusão digital ultrapassa os limites da simples instalação de laboratório de informática, da concessão do uso da internet e/ou permitir o aprendizado do uso



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

de *softwares* e *hardwares*. “Somente colocar computadores nas mãos das pessoas ou vendê-los a um preço menor não é, definitivamente, inclusão digital. É preciso ensiná-las a utilizá-los em benefício próprio e coletivo” (REBÊLO, 2005, p. 2).

É bom esclarecer que a inclusão digital está intimamente ligada a inclusão social, pelo fato de haver uma democratização do acesso à informação, disponibilizando tecnologia à população. Cabe ressaltar que o principal objetivo da inclusão digital não é disponibilizar a tecnologia em si, mas a integração perfeita do indivíduo excluído digitalmente na sociedade. A exclusão digital acabará quando o “usuário aprender que o computador é um meio de acesso à educação, ao trabalho, ao contato e troca com a sua comunidade, ao pensamento crítico e ao exercício pleno de sua cidadania” (GOMES, 2014).

Pode-se citar algumas estatísticas para comprovar que grande parte da população brasileira é digitalmente excluída. Segundo dados do IBGE (2011), 46,5% da população acima de 10 anos tiveram acesso à internet de qualquer local (casa, trabalho ou escola) e 39,4% dos domicílios brasileiros possuem computador com acesso à internet, ou seja, menos da metade da população brasileira utilizou o computador no ano anterior ao senso e apenas cerca de quase 40% possuía acesso à internet em suas residências.

Se faz necessária uma intervenção por parte do Estado para proporcionar acesso as novas tecnologias, uma vez que se dispõe hoje de uma infinidade de informações possibilitadas pelos avanços tecnológicos. Visto que tais avanços não são acessíveis a toda população, pois somente uma minoria dispõe de recursos financeiros para adquiri-los, levando a uma exclusão digital. Tal fato pode ser facilmente constatado considerando-se o baixo número de pessoas que possuem computador em suas residências e, ainda, verificando-se que dentre essas pessoas, um número mais reduzido tem acesso à internet (GOMES, 2014).

A era atual, caracterizada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), tem promovido transformações em diversos setores da sociedade, gerando uma recente realidade social marcada pelas novas formas de dominação,



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

desigualdades e exclusões. Portanto, na sociedade em rede, altamente tecnológica, surge uma nova desigualdade: a digital, que de acordo com Santos (2006): no Brasil as causas da desigualdade digital são as mesmas que fazem do país um dos líderes no ranking mundial em termos de desigualdade social, concentração de renda e persistência do latifúndio, surgindo os excluídos digitais (RIBEIRO, 2013).

Como a desigualdade social favorece a exclusão digital e, esta por sua vez reforça a desigualdade social, é preciso uma nova postura e um novo olhar por parte do governo para diminuir o quadro perverso da desigualdade brasileira. É preciso se apropriar das TICs, através de programas de inclusão digital que permitam ao cidadão perceber-se como parte deste mundo tecnológico (GROSSI, 2013). Neste sentido, Assumpção e Mori (2006, p. 10) afirmam que os programas de inclusão digital devem ser estabelecidos de forma que:

A tecnologia seja utilizada na melhoria da qualidade de vida das pessoas, e não no aprendizado da informática isoladamente. Algumas sugestões neste sentido são o uso da tecnologia para solução de problemas básicos: saúde, saneamento, meio ambiente; formação de redes cooperativas entre pessoas com o uso da tecnologia; produção e circulação de informações locais, como jornais e outros veículos de comunicação comunitários; registro e difusão da cultura local por meio das tecnologias, entre outros.

A inclusão digital torna-se fator predominante para o estabelecimento de uma nova cidadania que possibilite não apenas o aumento da empregabilidade, mas das condições para o desenvolvimento das comunidades e resolução de seus problemas, participação e autonomia crítica para mudanças nas práticas políticas, promovendo a inclusão social (GOSSI, 2013).

A inclusão digital deve ser uma prioridade nas políticas públicas, dada a sua importância para o desenvolvimento igualitário da sociedade. Para tanto, é necessário que ações voltadas para a concretização dessa igualdade de oportunidades sejam efetivadas. Nesse sentido, a atenção do poder público para a temática, bem como a formação de parceiras com as diversas instituições (empresas privadas, escolas, universidades etc.) tornam-se importantes ferramentas nesse processo de inclusão digital (GOMES, 2014).



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

O governo brasileiro através de políticas públicas e de parcerias com instituições da sociedade civil, tem desenvolvido ações que envolvem programas e projetos de inclusão digital, tanto nas zonas urbanas quanto nas zonas rurais, promovendo não apenas a inclusão digital, mas também a inclusão social: Casa Brasil; Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (CDTC); Centros de Inclusão Digital; Computador para todos; Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT); Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC); Kits Telecentros; Maré – Telecentros; Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID); Pontos de Cultura – Cultura Digital; Banda Larga nas escolas (PBLE); Computador portátil para professores; Estação Digital; Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros BR; Programa SERPRO de Inclusão Digital (PSID); Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo); Projeto Computadores para Inclusão; Quiosque Cidadão; Telecentros do Banco do Brasil; Telecentros de Informação e Negócios (TIN); Territórios Digitais; Um Computador por Aluno (UCA).

Para que os programas de inclusão social tenham continuidade e se transformem em políticas públicas eficazes de inclusão, as TICs exigem que a educação reveja seu papel, adequando-se a essas novas tecnologias. Isto, porque, conforme afirma Ronsani (2004, p. 8), “podemos vislumbrar o alcance que a revolução da informática atinge em nossos dias quando percebemos a importância do conhecimento e da informação para o mundo dos negócios, da educação e da cultura”.

Não são poucos os projetos executados com o intuito de proporcionar um contato entre a população e os meios de comunicação. Um modelo de projeto que tinha como objetivo proporcionar o primeiro contato com a informática, de modo ainda que tímido, e autonomia por parte dos alunos quando da utilização da máquina, foi o “CLICK INCLUSÃO”, pensado inicialmente para a população carcerária de Teixeira de Freitas no estado da Bahia. Intencionou-se previamente, oferecer o curso a alunos que não tinham nenhum contato com a informática. Para muitos daqueles alunos essa era uma das poucas, para não dizer a única alternativa



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

de se inserir no grupo das pessoas que possuem conhecimento na área da informática (GOMES, 2014).

O acesso à comunicação em rede é a nova face da liberdade de expressão na era da informação. Todo o cidadão ou cidadã deve ter o direito de acessar a *web* e utilizar uma caixa postal eletrônica. Todo cidadão deve ter o direito a acessar as informações e serviços governamentais que cada vez mais migram para a Internet. A cidadania na era da informação impõe o direito a se comunicar, armazenar e a processar informações velozmente, independente de condição social, capacidade física, visual, auditiva, gênero, idade, etnia, ideologia e religião (GOMES, 2014).

É necessário insistir que o direito a comunicação mediada por computador também é o direito das crianças pobres utilizarem as tecnologias para exercerem a dimensão lúdica da infância, é o direito das mulheres obterem todos os benefícios da sociedade informacional, é o direito dos deficientes se comunicarem em um mundo cada vez mais conectado. Sem dúvida, a alfabetização ou formação digital básica é uma condição essencial para a profissionalização e para a melhoria da qualidade econômica (GOMES, 2014).

No imbricado entrelaçamento desses conceitos complexos, o resultado final pretendido é um marco de compreensão para a vinculação entre ética e cidadania, de um lado, e educação para a informação na Internet, de outro, com vistas à inclusão social. Para isso, é importante verificar se organizações que promovem ações denominadas por elas de inclusão digital prevêm nas suas políticas e incluem nas suas práticas o acesso a determinadas informações disponíveis na Internet, em particular as de cunho utilitário e contextual, ou seja, que, de alguma forma, contribuam para a melhoria da qualidade de vida do “incluído digitalmente” (SILVA *et.al.*, 2005).

Tem-se, então, como fundamental, que a inclusão digital deve ser vista sob o ponto de vista ético, sendo considerada como uma ação que promoverá a conquista da “cidadania digital” e contribuirá para uma sociedade mais igualitária, com a expectativa da inclusão social. É possível, portanto, formular uma base



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

conceitual para inclusão digital, com fundamento no espírito de ética universal (SILVA *et.al.*, 2005).

O trabalho de Gouvêa (2002, p.9), cujo título expressa o sentido da abordagem da ética e cidadania: a busca humana por valores solidários –, ressalta a importância das considerações acerca das grandes transformações que estamos vivenciando, particularmente em função do avanço acelerado das TICs, que permitem o fluxo veloz da informação, com consequências ainda imprevisíveis (SILVA *et.al.*, 2005).

Em concordância com esse posicionamento, Araújo (1999) considera que a construção da cidadania, ou de práticas de cidadania, passa, necessariamente, pela questão do acesso e uso de informação. Tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, quanto a implementação dos deveres do cidadão dependem do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres (SILVA *et.al.*, 2005).

Se a inclusão digital é uma necessidade inerente desse século, então isso significa que o “cidadão” do século XXI, entre outras coisas, deve considerar esse novo fator de cidadania, que é a inclusão digital. E que constitui uma questão ética oferecer essa oportunidade a todos, ou seja, o indivíduo tem o direito à inclusão digital, e o incluído tem o dever de reconhecer que esse direito deve ser estendido a todos. Dessa forma, inclusão digital é um processo que deve levar o indivíduo à aprendizagem no uso das TICs e ao acesso à informação disponível nas redes, especialmente aquela que fará diferença para a sua vida e para a comunidade na qual está inserido (SILVA *et.al.*, 2005).

Este artigo tem como objetivo, relatar a experiência de dez anos de atuação de um projeto de extensão, que trata da inclusão digital e o papel que esta desempenha na inserção social dos indivíduos na sociedade como um todo, de forma a diminuir as desigualdades sociais.



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

A CRIAÇÃO DO PROJETO

O Projeto de Apoio a Inclusão Digital e Cidadania (PAIC) nasceu, em 2004, a partir da mobilização nacional em torno do Mutirão para a Superação da Miséria e da Fome, lançado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em abril de 2002. Foi uma proposta elaborada pela Capelania, juntamente com o Instituto de Cultura Religiosa e com a Escola de Informática da UCPel, visando não somente colocar a tecnologia a serviço de iniciativas de cidadania e ação social, como também democratizar esta mesma tecnologia, tornando-a acessível à comunidade que vive em situação de vulnerabilidade social na área de abrangência da Arquidiocese de Pelotas.

Segundo o Documento 69 da CNBB, busca-se promover a cidadania de cada pessoa e garantir as condições dignas de vida que são atitudes fundamentais assumidas pelos cristãos (2002:7)

As desigualdades sociais aumentam como fruto da globalização do mercado, que concentra poder e riqueza, enquanto faz diminuir os postos de trabalho na indústria e no campo, degrada a natureza, causa desastres ecológicos e multiplica, a cada dia, o número de excluídos, condenando-os ao êxodo, ao exílio, à deterioração física e psíquica, inclusive à perda precoce da vida (2002:10).

Conforme a Constituição Apostólica *Ex corde ecclesiae*:

Toda a Universidade Católica, enquanto Universidade, é uma comunidade acadêmica que, de um modo rigoroso e crítico, contribui para a defesa e desenvolvimento da dignidade humana e para a herança cultural mediante a investigação, o ensino e os diversos serviços prestados às comunidades locais, nacionais e internacionais.

O relato acima descrito, busca explicitar as razões pelas quais a Capelania Universitária juntamente com a Escola de Informática e com o Instituto de Cultura Religiosa da UCPel integrou as suas ações, elaborando a proposta de se criar o PAIC, com o intuito de contribuir com o Mutirão para a Superação da Miséria e da Fome, a qual prevê uma mudança de mentalidade e eliminação do “*vírus do egoísmo*” presente na sociedade (Documento 69, nº 09).



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

O PAIC é uma proposta de trabalho voltado para a ação integrada entre os Centros e Institutos que atuam nas áreas de extensão da UCPel, visando atividades de inclusão social em nossa região, buscando a viabilização de projetos e atividades que construam uma educação integral. As tecnologias da informação e da comunicação precisam se tornar ferramentas que contribuam para o desenvolvimento social, intelectual, econômico e político do cidadão. A viabilização da realização deste projeto se deu através de doações e apoio de empresas e organizações da sociedade civil, bem como da UCPel que fornece infraestrutura, bolsistas e docentes.

Sem deixar a questão da cidadania em segundo plano, o projeto procura seguir as ideias de Paulo Freire, em seu método de alfabetização. Seu método partia do princípio de que era necessária uma aproximação da cultura e do vocabulário dos educandos, desvelando-se a realidade subjacente às palavras geradoras em debates. Dos debates e da força das palavras geradoras chegava-se ao domínio do código escrito. Neste sentido, procura-se democratizar o ferramental informático através da criação de sentido, utilizando signos com sentido para a comunidade durante a aprendizagem. Também a autonomia, a dignidade e a identidade do educando têm de ser respeitada, caso contrário, o ensino tornar-se-á "inautêntico, palavreado vazio e inoperante" (FREIRE, 1997).

OBJETIVOS DO PAIC

O PAIC, sendo um grupo interdisciplinar, tem como objetivo principal ser um centro mobilizador de inclusão digital, cidadania, mobilização social e atuação universitária, democratizando a informática para a população que vive em situação de vulnerabilidade social em áreas de abrangência da Arquidiocese de Pelotas.

Os objetivos específicos são: combater a exclusão digital da população em situação de vulnerabilidade social; capacitar profissionalmente crianças, jovens, adultos e idosos através da informática; incentivar o uso das TICs como forma de resgate da autoestima e cidadania; possibilitar o acesso de pessoas com deficiência



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

(PCD) ao mundo da informática e enriquecer os relacionamentos com a convivência grupal e solidária, proporcionando aos alunos práticas educativas que contribuam para sua formação acadêmica e com o seu compromisso com a realidade da região, especialmente dos mais pobres e excluídos.

METODOLOGIA DO PAIC

As atividades do PAIC são desenvolvidas nos laboratórios de informática do Centro Politécnico da UCPel, e em determinados casos, mediante solicitação as atividades são ministradas na Instituição parceira. O Projeto é voltado para o público oriundo de Instituições/Escolas que fazem parte da área de abrangência da Arquidiocese de Pelotas e direciona-se para crianças, jovens, adolescentes, adultos e idosos, com ou sem deficiência.

A duração das atividades para cada turma é de, em média, três meses e meio, com carga horária total de 50 horas. Atualmente, as atividades são desenvolvidas por alunos bolsistas ou voluntários dos cursos de graduação de Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem, Pedagogia, Jornalismo, Direito e Serviço Social. Os alunos atuam em duplas com o intuito de melhor atender os participantes do projeto, tendo em vista que muitos integrantes estão em processo de alfabetização ou são oriundos de instituições que lidam com pessoas que apresentam deficiência física e/ou mental.

No início do semestre é realizada uma capacitação com os alunos extensionistas. Nesta atividade aborda-se a história do projeto, além de depoimentos de ex-alunos, palestra com psicólogo, apresentação das atividades e do calendário do semestre.

As aulas de informática com duração de três horas para alunos sem deficiência e duas horas para alunos com deficiência são semanais e cada turma tem em média 10 alunos. Nestas aulas são ministrados conteúdos básicos sobre informática como: o conhecimento do *Hardware* e o uso de alguns *Softwares* (*Paint*, *Word*, *Excel*, *PowerPoint* e *Internet*). Para cada participante do projeto é ofertada



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

uma apostila com os conteúdos para acompanhamento das aulas e exercícios domiciliares.

Também são oferecidas oficinas ministradas por alunos de graduação da UCPel, previamente capacitados pelos professores desta Universidade, com duração média de uma hora e linguagem apropriada para cada turma. Os conteúdos abordados nestas oficinas versam sobre direitos sociais, primeiros socorros, postura corporal e alongamento, voltados para o uso do computador. Para a avaliação do conhecimento sobre os assuntos abordados nas oficinas, são realizados testes no formato de questionários objetivos, respeitando os níveis de instrução de cada turma.

As ações desenvolvidas no projeto são avaliadas, segundo seus objetivos (eficácia) e funcionamento (eficiência) por todos os participantes, continuamente, incluindo a coordenação e contemplando a participação dos envolvidos nas diferentes formas de aprendizagem, de ensino e extensão previstas: Escolas/Instituições, sendo elaborados relatórios ao final de cada semestre.

RESULTADOS DO PAIC

Dez anos de atuação

O projeto completou dez anos de atuação em setembro de 2014, tendo alfabetizado digitalmente aproximadamente duas mil pessoas, dentre estas destaca-se o atendimento a aproximadamente duzentas pessoas com deficiência. Salienta-se ainda a participação de 50 discentes da UCPel, oriundos dos mais diversos cursos de graduação.

Mais de 25 Escolas/Instituições buscaram o PAIC para estabelecer parcerias rumo ao combate ao analfabetismo digital. Dentre estas destaca-se o atendimento as escolas Municipais e Estaduais do município de Pelotas e Capão do Leão, Centros de Atendimento Psicossocial (CAPs), Centro de Reabilitação de Pelotas



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

(CERENEPE), Paróquias da Arquidiocese de Pelotas, Associação dos Deficientes Físicos e grupos de terceira idade.

Neste período, o projeto foi viabilizado pelo apoio de aproximadamente 18 Instituições/Empresas que colaboraram para que o material didático, subsídios para transportes e camisetas fossem disponibilizados para todos os participantes do PAIC.

Durante as festividades em comemoração aos 10 anos, o reitor atual da UCPel mencionou a importância do projeto para transformação da vida das pessoas de comunidades carentes. De acordo com ele, a Extensão Universitária é o verdadeiro vínculo de uma universidade com a comunidade e que na UCPel essa trajetória é longa, com vários atores competentes que se dedicaram, por exemplo, ao PAIC.

Na ocasião, o professor da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prefeito Elberto Madruga, uma das Instituições beneficiadas, relatou que o projeto foi muito importante para seus estudantes. “Quando surgiu a oportunidade de participar os alunos ficaram muito interessados, já que o curso é de qualidade e o acesso é facilitado pela gratuidade”, conta. De acordo com ele, os professores observaram a produtividade dos alunos após a realização do curso, na organização dos trabalhos e no aproveitamento do laboratório da escola. “Sem falar que, como é dentro de uma universidade, eles ficam entusiasmados com a possibilidade de fazer uma graduação e ficam motivados a continuar os estudos”, conclui.

Experiência de uma aluna extensionista do PAIC

Iniciei o trabalho em maio de 2014, enquanto cursava o sétimo semestre do curso de pedagogia da UCPel, com uma turma de adultos e idosos, entre 50 e 75 anos de idade, sendo dez mulheres e um homem, com pouco ou nenhum conhecimento em informática.

Logo no início do curso, uma aluna relatou o seu medo de utilizar o computador da irmã, a qual tem maior conhecimento em informática do que ela,



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

dizendo que não o utilizava porque podia estragar. Outra aluna dizia que tinha medo de manusear o computador do sobrinho e estragá-lo também. Outras encaravam os aparelhos como se fossem bichos prestes a atacá-las.

Silveira *et al.*, 2010, cita que “Essa geração sente-se analfabeta diante das novas tecnologias, revelando dificuldades em entender a nova linguagem e em lidar com os avanços tecnológicos (...)”, assim o primeiro objetivo das aulas foi eliminar o medo que esses alunos demonstravam em manusear o computador.

Iniciei apresentando cada parte que compõem o computador; a ligar e desligar. Mostrei que iríamos com calma, iniciar as explicações em uma aula, complementar e revisar na próxima e, acima de tudo, agir com muita paciência e afetividade.

Os relatos da maioria das alunas apontavam o desejo de aprender a utilizar o computador para se comunicar, conversar com o filho que mora longe, com as amigas, etc. Uma das alunas relatou que pretendia desistir de começar o curso para ficar com a mãe que estava doente, porém a amiga que já participava, convenceu-a a frequentar as aulas, para ter algum contato social, que era mínimo devido a dedicação à mãe doente.

Segundo Lyyra e Heikkinen, 2006 apud Papalia, 2013:

Em um estudo de 10 anos envolvendo finlandesas de 80 anos, as mulheres que receberam mais apoio social – que se sentiam uteis e valorizadas, fazendo parte de um grupo, desfrutando de intimidade emocional – eram 2,5 vezes menos propensas a morrer ao longo do período do estudo do que aquelas que recebiam menos apoio.

A partir dessa constatação, outro ponto importante foi encaminhar as aulas para além do didático, transformá-las em um momento de reunião que superasse o simples aprendizado da informática, que eles se sentissem importantes, apoiados e valorizados. Para isso, a cada passo que eles avançavam, por mínimo que fosse, elogios eram feitos. Mostrar que são capazes de aprender e de participar do processo de globalização, ao modo deles, mas enfatizando que são tão importantes



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

quanto qualquer outra pessoa e tem condições se não iguais cognitivamente, muito próximas de aprender.

Uma aluna tinha dizia constantemente que era burra e nunca aprenderia, e toda vez que ela dizia isso eu replicava dizendo que ela não era burra, que aprenderia também, mas que deveria ter muita calma e paciência, pois cada um tem seu tempo no processo de aprendizagem.

Busquei mediar as aulas de informática para além do ensino técnico do uso de computadores, pois segundo Bez, Pasqualotti e Passerino (2006), apud Pasqualoti *et al.*, s/d:

Esse novo universo de relações, comunicações e trânsito de informações pode se tornar mais um elemento de exclusão para o idoso, tirando-lhe a oportunidade de participar do presente, marginalizando-o e exilando-o no tempo da geração anterior, relegando à função social de memória, de passado. Para inserir-se na sociedade atual é preciso ter acesso à linguagem da Informática, dispondo dela para liberar-se do fardo de ser visto como um indivíduo ultrapassado e descontextualizado do mundo atual.

O objetivo principal foi fazer com que todos da turma também se percebessem como sujeitos atuantes da sociedade, que podem ir muito além de apenas utilizar o computador para entretenimento, e para isso, a turma foi para um segundo módulo, para aprender a utilizar a internet, tanto para se comunicar quanto para pesquisar seus direitos e formas de alcançá-los, seja pela própria internet ou pessoalmente nos locais adequados.

O único aluno do sexo masculino da turma, no dia da formatura do primeiro semestre deles, disse que o maior objetivo dele em frequentar as aulas foi alcançado, que era perder o medo de utilizar o computador, que se sentia mais seguro frente à máquina e que voltaria para o próximo semestre para aprender mais.

Atuar junto ao PAIC é mais do que ganhar experiência acadêmica. É reconhecer-se como ser humano capaz de promover transformação na vida de outras pessoas, ajudando-as a superar dificuldades, neste caso, os problemas com a tecnologia.



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do conhecimento é fundamental para resolução dos problemas das comunidades analfabetas digitalmente. O PAIC propõe-se a ser um elo gerador de atividades interdisciplinares, possibilitando a participação organizada da comunidade docente e discente de diferentes cursos dos centros e institutos da UCPel. Suas atividades coordenadas visam a inclusão digital e o trabalho de resgate da cidadania entre a população de abrangência deste. Desse modo, o projeto possibilita a extensão e a pesquisa articulada ao ensino acadêmico voltado a comunidade.

Para os acadêmicos de graduação esse projeto auxilia na qualificação da formação e no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, com base na vivência e experimentação de situações reais. Para a UCPel é uma oportunidade de promover o aperfeiçoamento e aprimoramento de práticas educativas de professores e alunos, além de fortalecer as ações de extensão à comunidade, dando maior visibilidade às questões referentes a responsabilidade social.

Para as comunidades envolvidas, as ações visam prover a interação com as propostas de trabalho da UCPel, mediante o acolhimento do grupo de alunos contemplados no projeto, elaboração e inserção de novas práticas e processos de trabalho, na gestão, atenção, educação, inclusão social e cultural, bem como salientar a participação popular na consolidação de práticas que promovam melhora na qualidade de vida e formação educacional.

Sendo assim, esse projeto contribui com a promoção e implementação de novas práticas educativas, visando ofertar uma melhor qualidade de vida para a população envolvida, no que diz respeito ao uso das TICs, que precisam se tornar ferramentas para contribuir com o desenvolvimento social, intelectual, econômico e político do cidadão.

O PAIC possui imenso potencial retornável contemplando – inclusão digital, formação cidadã e inclusão social.



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, R.; MORI, C. **Inclusão digital**: discursos, práticas e um longo caminho a percorrer. 2006. Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/noticia/inclusao-digital-discursos-praticas-e-um-longo-caminho-a-percorrer>.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação; economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CNBB. **Exigências Evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome**. São Paulo: Paulinas, 2002. (Documento da CNBB, 69).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários á prática educativa**. São Paulo, Brasil: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997.

GOMES, Rafael Tavares. **A Inclusão Digital e seu Papel de Inclusão / Inserção Social**. 2014.

GOUVÊA, Ricardo Quadros. **Ética e cidadania**: a busca humana por valores humanos. In: UM OLHAR sobre cidadania. São Paulo: Mackenzie, 2002. p. 9-30. (Coleção Reflexão Acadêmica).

GROSSI, Márcia; COSTA, José da; SANTOS, Ademir. **A Exclusão Digital: O Reflexo da Desigualdade no Brasil**. Nuances: estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, v. 24, n 2, p. 68-85, maio/ago. 2013.

IBGE, 2011. **Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. Rio de Janeiro, 2013.

JOÃO PAULO II. **Constituição Apostólica Ex corde ecclesiae**. 1990
PAPALIA, D. E; FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento humano*. Trad. De Cristina Monteiro e Mauro de campos Silva. Porto Alegre: AMGH, 2013. 800 p.

PASCOALOTI, P. R. et al. **Inclusão digital para a terceira idade**: oportunidades, possibilidades e propostas inovadoras. In: VII Congreso Iberoamericano de Informática Educativa Especial, Argentina, 2007, p. 2-11. Artigo completo. Disponível em <http://www.niee.ufrgs.br/eventos/CIIEE/2007/pdf/CP-310.pdf>

REBÊLO, P. **Inclusão digital**: o que é e a quem se destina. Reportagem publicada em 12/05/2005. Disponível em: <http://webinsider.uol.com.br/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e- a-quem-se-destina/>.



PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

RONSANI, I. L. **Informática na educação:** uma análise do Proinfo. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n. 16, dez. 2004. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art8_16.pdf.

SANTOS, S. E. **Desigualdade social e inclusão digital no Brasil.** 2006. 228f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SEABRA, Carlos. **Inclusão digital:** desafios maiores que as simples boas intenções. <http://www.cidec.futuro.usp.br/artigos/artigo6.html>.

SILVA, Helena et al. **Inclusão digital e educação para a competência informacional:** uma questão de ética e cidadania. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 28-36, jan/abril. 2005.

SILVEIRA, M. M. da, et al. **Educação e inclusão digital para idosos.** *CINTED-UFURGS*, Passo Fundo, v. 8, n. 2, s/p, julho 2010.

SPAGNOLO, G. **Ações concretas de inclusão digital.** 2003. Disponível em: <http://www.softwarelivre.org/news/1438>.